CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE: 255.20.44 - CEP : 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº : 137/95 - AP. Proc. DRE-SO nº 35/95
INTERESSADA: Giceli Pedroso dos Santos
ASSUNTO: Recurso contra avaliação final
RELATOR: Cons. Francisco Antonio Poli
PARECER CEE Nº 752/95 - CEPG - APROVADO EM 06-12-95
COMUNICADO AO PLENO EM 13-12-95

1. RELATÓRIO

Em documento datado de 13 de fevereiro de 1995, a aluna Giceli Pedroso dos Santos dirige-se a este Colegiado, em grau de recurso, contra a decisão da EEPSG Prof. Armando Rizzo e da DE de Votorantim, que a consideraram retida na 8ª série do 1º grau, em 1994.

Alega a interessada que, sendo aluna gestante, a Escola, inicialmente, concedeu 120 dias de afastamento, em regime de exercícios domiciliares. Posteriormente, a Escola mudou esse prazo para 90 dias, mas não foi comunicada sobre essa alteração.

A Escola esclarece que, tanto a aluna como sua mãe, professora da Escola, foram avisadas, diversas vezes, da data do término do benefício de exercícios domiciliares (30-10-94) e que a aluna comprometeu-se a apresentar novo atestado médico para cuidar de seu filho, que estava doente, o que, no entanto, não ocorreu.

De acordo com a Comissão de Supervisores de Ensino da DE de Votorantim, a aluna apresentou os trabalhos solicitados pelos professores, mas após 30-10-94, embora ciente de que deveria frequentar as aulas e submeter-se a avaliações, não mais compareceu, deixando inclusive, de participar da recuperação.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 137/95

PARECER CEE Nº 752/95

A Comissão de Supervisores aponta que, mesmo que os Professores considerassem os trabalhos entregues pela aluna, como se fossem relativos aos do 4º bimestre, atribuindo-lhes menção "C", a exemplo do que ocorreu no 3º bimestre, a interessada ainda dependeria da decisão do Conselho de Classe para ser promovida, em História, Matemática e Ciências, tendo em vista seu aproveitamento escolar:

COMPONENTES CURRICULARES	1ºbi	2ºbi	3ºbi	4ºbi
História	D	D	C	C
Matemática	D	C	C	C
Ciências	C	D	C	C

A Comissão de Supervisores considera, ainda, que outro dado deve ser analisado: a frequência.

A aluna, descontando o período de afastamento, apresentou a seguinte frequência na série em questão:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 137/95

PARECER CEE Nº 752/95

COMP. CURRICULARES	1ºb i	2ºb i	3ºb i	4ºb i	TOTAL	FREQUÊNCIA
Português	14	22	E	26	62	69.60%
História	08	12	X	15	35	70.34%
Geografia	10	20	R	0	46	65.67%
Ciências F.B.P.S.	02	10	D	14	26	68.29%
Matemática	11	20	C	26	57	73.61%
Inglês	02	10	í	06	18	70.49%
Ed. Física	07	18	M	--	25	75.96%
Ed. Artística	06	08	O	10	24	68.42%

Pelo quadro acima, verifica-se um alto índice de faltas já no 1º e 2º bimestres.

Conforme dispõe o artigo 14 da Lei 5.692/71, a aluna deveria apresentar o mínimo de 75% de frequência, em cada componente curricular, para ser aprovada. Apresentando frequência inferior a 75%, poderia ser considerada promovida, se tivesse obtido aproveitamento superior a 80% da escala de notas ou menções adotada pelo estabelecimento.

De acordo com os autos a Escola ofereceu os benefícios previstos no Decreto-Lei nº 1.044/69 e na Lei 6.202/75, submetendo a aluna ao regime especial de exercícios domiciliares. O fato de a interessada cumprir com as atividades exigidas pelos professores, no período previsto pelo dispositivos legais acima mencionado, no entanto, não traduz sua promoção automática.

PROCESSO CEE Nº 137/95

PARECER CEE Nº 752/95

Tendo em vista que a questão estava "sub-judice", o Processo havia sido sobrestado, aguardando o pronunciamento do Poder Judiciário, recentemente juntado aos autos e que denegou a segurança pleiteada.

2. CONCLUSÃO

Diante do exposto, indefere-se o pedido de Giceli Pedroso Santos, mantendo-se sua retenção, em 1994, na 8ª série do 1º grau, da EEPSP Prof. Armando Rizzo, DE de Votorantim.

São Paulo, 24 de novembro de 1995.

a) Cons. Francisco Antonio Poli
Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Francisco Antonio Poli, Francisco José Carbonari, Luiz Roberto da Silveira Castro, Marilena Rissutto Malvezzi e Marisa Philbert Lajolo.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 06 de dezembro de 1995.

a) Cons. Luiz Roberto da Silveira Castro
Presidente